



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
VICE-REITORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EDITAL

FL N° _____
Proc. n° 01-P-34290/2013
Rub. _____

Aprovado pelo Despacho PG n°
1913/2014, de 17/03/2014

PREGÃO ELETRÔNICO DGA – N° 601/2014

OFERTA DE COMPRA BEC/SP 102201100592014OC00898

PROCESSO n° 01-P-34290/2013

OBJETO: REFORMA DE SANITÁRIOS DO PRÉDIO “C” DO IFGW – INSTITUTO DE FÍSICA “GLEB WATAGHIN” DA UNICAMP

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL.

REGIME DE CONTRATAÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

LOCAL: Central de Pregões da Diretoria de Licitações situada no prédio da Diretoria Geral da Administração - DGA da Universidade Estadual de Campinas, localizada na Praça das Bandeiras, 45, Quadra 2, Prédio 1, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:
16/06/2014

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 07/07/2014

HORÁRIO: 09:30

PREGOEIRO: Ahamed Yanes Chami (titular) – Wesley Ponciano (suplente)

Telefone: (19) 3521-8251

-

Fax: (19) 3521-4397

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS** torna público, para conhecimento geral, que fará realizar abertura de certame licitatório, na modalidade “**PREGÃO**” utilizando recursos de tecnologia da informação denominada “**Pregão Eletrônico**”, de acordo com o disposto neste edital, objetivando a **Reforma de Sanitários do Prédio “C” do IFGW – Instituto de Física “Gleb Wataghin” da UNICAMP**, conforme descrito no Anexo I, cujo processamento subordina-se às normas e princípios estabelecidos na Lei federal nº 10.520/02, Decretos estaduais nºs 47.297/02 e 49.722/05, das Resoluções CEGP-10/02, CC-27/06 e CC-52/09 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, o Estatuto de Licitações e Contratos - Lei federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, tudo em conformidade com a autorização contida nos autos do processo em epígrafe.

O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **Internet**, mediante recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data marcada, a mesma será transferida automaticamente para o primeiro dia útil de expediente normal na Unicamp subsequente aos ora fixados. As demais datas constantes deste edital também serão automaticamente transferidas.

Constituem partes integrantes deste edital, os anexos:

Anexo I – Pasta técnica, contendo:

- ✓ Memorial Descritivo da CPO N° 001/2014;
- ✓ DSSO – Verificação das Medidas de Segurança – Incêndio
- ✓ Planilha Orientativa - Modelo;
- ✓ Cronograma Físico-Financeiro;
- ✓ Modelo de Diário de Obra;
- ✓ Projetos:
 - ARQ 01/11 a ARQ 11/11 – Projeto de Arquitetura
 - EST 01/02 a EST 02/02 – Projeto de Estrutura
 - ELE 01/04 a ELE 04/04 – Projeto de Instalações Elétricas
 - HID 01/05 a HID 05/05 – Projeto de Instalações Hidráulicas
 - MEC 01/02 a MEC 02/02 – Projeto de Instalações de Exaustão Mecânica
 - Memorial Descritivo Completo e Caderno de Encargos e Condições Gerais da Obra
 - Memorial Descritivo – Arquitetura
 - Memorial Descritivo – Estruturas
 - Memorial Descritivo – Instalações Elétricas
 - Memorial Descritivo – Instalações Hidráulicas
 - Memorial Descritivo – Instalações Mecânicas

Anexo II – Condições para Visita Técnica Obrigatória

Anexo III – Declaração de Compromisso

Anexo IV – Instrumento Contratual

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Todas as referências de horário neste edital, no Aviso de Abertura do Pregão e durante a sessão pública virtual, observarão o horário oficial gerado pelo Observatório Nacional (<http://www.on.br>) para a região do Estado de São Paulo, nos termos da Lei federal n° 2.784, de 18 de junho de 1913, e do Decreto federal n° 4.264, de 10 de junho de 2002, o qual será registrado no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.2. O edital e anexos estão disponíveis na Internet, nos sites http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx e www.bec.sp.gov.br, onde poderão ser consultados e extraídas cópias, ou ainda, na DGA/ Diretoria de Licitações, no endereço constante no preâmbulo deste edital.

1.3. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos, bem como de providências ou de impugnação do ato convocatório deverá ser registrado em campo específico disponibilizado no site da BEC/SP, até 2 (dois) dias úteis que antecedem a data estabelecida para a sessão pública do pregão.

1.3.1. Os pedidos serão respondidos pela Unicamp e disponibilizados no Sistema Eletrônico – site da BEC/SP, até 24 horas antes da data marcada para a abertura da sessão pública.

1.3.2. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

1.4. A entrega da proposta sem a tempestiva impugnação aos termos do edital implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no instrumento convocatório, por parte das interessadas.

2. DO OBJETO

2.1. **Reforma de Sanitários do Prédio “C” do IFGW – Instituto De Física “Gleb Wataghin” da UNICAMP**, de acordo com o discriminado no Anexo I.

3. DO CREDENCIAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Para participar do certame as interessadas deverão estar registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, em atividade econômica compatível com o objeto da licitação, e deterem senha para participar de procedimentos eletrônicos e terem representantes credenciados, nos termos da Resolução CC-27/06, com poderes para, em nome da licitante, oferecer propostas, formular lances, negociar, recorrer e praticar os demais atos relativos ao certame.

3.2. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à data marcada para a abertura da sessão pública.

3.3. As informações sobre os procedimentos para registro no CAUFESP, credenciamento de representantes e obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

3.4. As interessadas, ao acessar inicialmente o Sistema BEC/SP, deverão declarar em campos próprios:

- a) a inexistência de qualquer fato impeditivo à sua participação no certame ou sua contratação;
- b) que conhece e aceita os regulamentos do referido Sistema.

3.5. No pregão será admitido apenas 1 (um) representante credenciado para cada licitante, sendo que cada representante poderá representar apenas uma licitante.

3.6. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo ao Provedor do Sistema ou à Unicamp a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que por terceiros.

3.7. A perda da senha ou a quebra do seu sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao Provedor do Sistema, para imediato bloqueio de acesso.

3.8. O credenciamento da licitante junto ao Provedor do Sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

3.9. Não será admitida a participação de empresas:

- a) estrangeiras que não funcionem no país;
- b) reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) que estejam cumprindo as penalidades previstas nos incs. III e IV do art. 87 da Lei federal n° 8.666/93, no art. 7° da Lei federal n° 10.520/02 e art. 10 da Lei federal n° 9.605/98 (crimes ambientais).

3.9.1. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses descritas nas alíneas acima, a licitante será inabilitada.

3.10. Para participação na licitação as interessadas deverão possuir o Registro Cadastral – RC ou o Registro Cadastral Simplificado – RCS do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, pertinente à categoria do objeto da licitação e devidamente atualizado em relação à validade dos documentos com prazo de vigência próprios.

3.10.1. As interessadas em obter o RC ou RCS poderão acessar os endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.licitacoes.unicamp.br para colher informações.

3.10.2. Para o exercício do direito de preferência, nos termos da Lei Complementar n° 123/06, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, devidamente atualizada, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

3.11. O Registro Cadastral não substitui a documentação abaixo indicada, a qual deverá ser apresentada pelo autor da oferta de melhor preço, em campo específico no site BEC, durante a etapa de habilitação, mediante solicitação do proponente:

a) no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica-operacional, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agricultura – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, expedido em nome da licitante, por pessoas jurídicas de direito público ou privado e que comprove a aptidão para desempenho de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com indicação dos serviços executados, cujas parcelas de maior relevância são:

- ✓ Revestimento em placas cerâmicas (azulejos) na quantidade mínima de 137m²
- ✓ Piso de Porcelanato ou Cerâmico na quantidade mínima de 65 m²
- ✓ Instalações Hidráulicas Prediais na quantidade mínima de 83m²

a.1) Será admitido o somatório de atestados para a comprovação das quantidades mínimas exigidas.

b) Registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – **CREA** ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – **CAU**;

c) comprovação de a licitante possuir profissional de nível superior, reconhecido pelo CREA ou CAU o qual será o responsável técnico pelo serviço, mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- carteira de trabalho;
- ficha (ou folha do livro) de registro de empregados;
- contrato social;
- contrato particular firmado com a empresa licitante;
- certidão de registro da empresa junto ao CREA ou CAU, no caso do profissional que será o responsável técnico pelo Objeto ser também o responsável técnico da empresa junto ao órgão competente.

d) deverá ser apresentada, no mínimo, 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico – CAT desse profissional, emitida pelo CREA ou CAU, por execução de serviço de características compatíveis com o objeto que ora se licita, cujas parcelas de maior relevância é:

- ✓ Revestimento de paredes em placas cerâmicas (azulejos)

- ✓ Piso de Porcelanato ou Cerâmico
- ✓ Instalações Hidráulicas Prediais

NOTA: Posterior alteração do responsável técnico implicará, obrigatoriamente, na comprovação do requisito estabelecido nas alíneas “c” e “d” acima.

e) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devendo ser apresentada a publicação do último balanço patrimonial, incluindo a documentação do resultado do exercício. Não sendo a empresa obrigada a publicar seu balanço, deverá apresentar cópia legível da página do diário geral, devidamente autenticada, onde tenha sido transcrito o balanço patrimonial ativo/passivo e a demonstração do resultado do exercício. Estes documentos deverão conter assinaturas dos sócios e do contador responsável, com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrados na Junta Comercial ou cartório de registro.

e.1) A comprovação da boa situação financeira da empresa, dar-se-á mediante a aplicação da fórmula abaixo descrita, cujo resultado deverá apresentar, em qualquer um dos índices, valor igual ou maior que 1,00 (um)

e.2) A fórmula é composta dos índices de: Liquidez Geral (LG); Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes de:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo/Passivo Circulante + Passivo não Circulante

SG = Ativo Total/Passivo Circulante + Passivo não Circulante

LC = Ativo Circulante/Passivo Circulante

f) certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

g) Declaração de Compromisso, nos termos do Anexo III.

3.11.1. No caso de participação com o RC, o item qualificação econômico-financeira constante do registro deverá apresentar em qualquer um dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral, o valor igual ou maior que 1,00, devendo a licitante apresentar os documentos indicados nas alíneas “a”, “c”, “d” e “g” do subitem 3.11.

3.11.2. No caso de participação com o RCS a licitante deverá apresentar toda documentação indicada no subitem 3.11.

3.11.3. Os arquivos deverão ser enviados com extensão “doc”, “rtf”, “pdf”, “txt”, “xls”, “gif”, “jpg” limitados em 4 Mb por cada transmissão (upload) e recepção (download).

3.11.4. A documentação original ou por cópia autenticada ou simples, juntamente com o original para cotejo, deverá ser entregue no endereço constante no preâmbulo do edital, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública.

3.12. A visita técnica, nos termos do inciso III do artigo 30 da Lei Federal 8666/93 e nas condições estabelecidas no Anexo II, é **obrigatória** a todas as interessadas.

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. A proposta de preço deverá ser transmitida por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br, podendo ser enviada a partir da divulgação do edital, na íntegra, no referido endereço eletrônico, até a data e horário previstos no preâmbulo deste edital.

4.1.1. O envio da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

4.2. A proposta deverá conter preço global, incluindo todos os encargos incidentes, apresentados em moeda corrente nacional com apenas 02 (duas) casas decimais, vedada a vinculação à qualquer indexador.

4.2.1. No formulário eletrônico de encaminhamento da proposta deverão ser anexados arquivos contendo:

a) planilha de preços a ser elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I, contendo os valores unitários e totais, destacando-se, obrigatoriamente, o valor correspondente ao BDI, devendo contemplar todas as etapas de execução, resultado do método executivo adotado pela licitante, de forma que os serviços executados totalizem o preço total referido no subitem 4.2;

a.1) o preço ofertado, com destaque ao BDI, deverá cobrir todas as despesas relacionadas à execução dos serviços, tais como: materiais, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, tributos e encargos de natureza social, trabalhista, previdenciária, fiscal ou para-fiscal, tendo por base a legislação vigente;

b) cronograma físico-financeiro, conforme indicado no Anexo I;

4.2.1.1. Os arquivos contendo a planilha e o cronograma deverão ser enviados por meio de arquivo eletrônico com extensão “doc”, “rtf”, “pdf”, “xls”, “gif”, “jpg” ou qualquer formato em que sua visualização seja possível por meio de software livre limitado em 4 Mb.

4.2.1.2. Qualquer elemento constante na proposta e/ou arquivos que identifique a licitante acarretará sua desclassificação, conforme subitem 5.2.

4.3. O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** contados da data estabelecida para a realização da sessão pública do pregão.

5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

5.1. Na data e horário previstos no edital, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão eletrônico mediante:

a) abertura automática das propostas e a divulgação pelo Sistema da grade ordenatória dos preços propostos em ordem crescente de valores;

b) classificação e desclassificação das licitantes com a divulgação das propostas que atendam as condições estabelecidas no edital.

5.1.1. Verificando-se que a licitante apresentou mais de uma proposta será feita a exclusão de todas as propostas, sujeitando-se a mesma às penalidades administrativas cabíveis.

5.1.2. A análise das propostas será feita com base nas condições fixadas no edital e seus anexos.

5.1.3. Na análise da proposta será permitido o saneamento de falhas formais na própria sessão pública, mediante o envio de documentos/esclarecimentos por meio de fax ou e-mail, que produza os efeitos necessários aos esclarecimentos/correções.

5.2. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no edital e seus anexos;
- b) contiverem vícios insanáveis;
- c) com preços manifestamente inexequíveis;
- d) com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado;
- e) que por ação da licitante contenha elementos que permitam a sua identificação.

5.3. No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço, observadas as condições definidas neste edital.

5.4. O desempate de propostas de mesmo valor será promovido pelo Sistema.

5.5. Para participação da etapa de lances a licitante deverá estar conectada ao Sistema, sendo os lances encaminhados exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.6. A licitante será a responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e os lances ofertados.

5.7. A desconexão simultânea do Sistema Eletrônico com os participantes e com o Pregoeiro implicará a suspensão da sessão pública, sendo que o seu reinício somente ocorrerá após comunicação eletrônica às licitantes, através do Sistema.

5.8. A desconexão do Sistema Eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a) caso ocorra fora da etapa de lances: a sua suspensão e a sua retomada no ponto em que foi suspensa, sem prejuízo dos atos realizados até então. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública somente será retomada e reiniciada após comunicação expressa às licitantes da nova data e horário à sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances: na continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período de duração inicial estabelecido no edital, caso o Sistema Eletrônico permaneça acessível para os mesmos. Quando possível, o Pregoeiro retomará sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados até então. Se a desconexão com o Pregoeiro persistir até que tenha sido encerrada a duração inicial da etapa de lances não haverá a prorrogação do tempo desta etapa.

5.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.10. Classificadas as licitantes, será iniciada a etapa de lances, para a qual serão convidadas a participar todas as licitantes classificadas.

5.11. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado neste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.12. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre eles, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro lance formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor.

5.12.1. O valor da redução mínima a ser observada é de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

5.12.2. Serão admitidos lances cujos valores forem inferiores ao de menor valor registrado no sistema, ou inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles, conforme estabelecido neste subitem, nos termos da Resolução CC-52/09.

5.12.3. A aplicação do valor redutor mínimo entre os lances incidirá sobre o valor total da proposta.

5.13. A etapa de lances terá a duração inicial de 15 (quinze) minutos.

5.14. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo Sistema Eletrônico, a respeito dos seguintes pontos:

- a) lances admitidos e os inválidos, horários de seus registros no Sistema e respectivos valores;
- b) tempo restante para o encerramento da etapa;
- c) prorrogação automática da etapa de lance, quando houver lance ofertado de acordo com o estabelecido no subitem 5.12, nos últimos 3 minutos do período indicado no subitem 5.13 ou durante os períodos de prorrogação.

5.15. Encerrada a etapa de lances, o Sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, na qual será considerado o último preço ofertado, por licitante.

5.16. Nos termos da Lei Complementar nº 123/06 será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

- a) encerrada a etapa de lances, automaticamente o sistema identificará as licitantes nas condições de microempresa e empresa de pequeno porte, sendo que o Pregoeiro conferirá o direito de preferência como critério de desempate;
 - a.1) entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e as empresa de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco pontos percentuais) superiores à proposta mais bem classificada.
- b) ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte maneira:

b.1) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo máximo de até 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior ao da melhor classificada, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto da licitação;

b.2) não ocorrendo essa situação serão convocadas as licitantes remanescentes que se enquadrarem na hipótese descrita na alínea “a.1”, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.

5.16.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea “a.1” será realizado sorteio para identificar a que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

5.16.2. Caso a contratação não ocorra nos termos do previsto no subitem 5.16, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora do certame.

5.16.3. O critério de desempate estabelecido nos subitens anteriores somente se aplica quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.17. Na hipótese de haver apenas uma licitante ou única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

5.18. Encerrada a fase de recebimento de lances, compete ao Pregoeiro avaliar a aceitabilidade do preço do primeiro classificado, decidindo motivadamente a respeito, podendo encaminhar contraproposta diretamente ao autor da melhor oferta, mediante troca de mensagens abertas visando a redução do preço.

5.19. Considerada aceitável a melhor oferta, o Pregoeiro passará à etapa de habilitação, conforme segue:

a) consulta no CAUFESP para:

a.1) confirmar se o autor da melhor oferta aceita possui o RC ou RCS, na forma indicada no subitem 3.10;

a.2) verificar no Registro os dados e informações relativas a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista na forma indicada nos incisos I e II do art. 18 do Anexo ao Decreto nº 52.205/07, bem como a situação financeira da empresa nos termos do subitem 3.11.1.

b) solicitação da documentação indicada no subitem 3.11, a qual deverá ser anexada pelo autor da oferta de melhor preço em campo específico da fase de habilitação na funcionalidade “Anexo de documentos”, do sistema BEC.

5.19.1. O Pregoeiro certificará essa verificação na Ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

5.19.2. Caso o Registro Cadastral aponte documento com prazo de validade vencido, essa falha poderá ser suprida ou saneada:

a) pelo Pregoeiro, mediante consultas em sites oficiais dos órgãos emitentes dos documentos;

b) pela licitante, mediante envio de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente encaminhados em campo específico do site da BEC, no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação.

5.20. Eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação de documentos ou de sua transmissão, não será de responsabilidade da Unicamp.

5.21. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Unicamp, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas de débito ou positivas com efeito de certidão negativa, cujo início corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame.

5.21.1. A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei federal n° 8.666/93, sendo facultado à Unicamp convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar o certame.

5.22. Verificado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidas no edital, a licitante será declarada vencedora do certame, com divulgação do resultado por meio de mensagem lançada no Sistema.

5.23. Se as propostas ou os lances de menores valores não forem aceitáveis, ou se as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro examinará as propostas ou os lances subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Nesta hipótese, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para a obtenção de preço melhor.

6. DOS RECURSOS

6.1. No tempo determinado pelo Pregoeiro, qualquer licitante poderá motivadamente (excluem-se oposições genéricas) recorrer dos atos decisórios praticados na licitação, sob pena de decadência desse direito, com o registro da síntese das razões recursais, exclusivamente por meio eletrônico e no campo próprio disponibilizado pelo referido Sistema.

6.2. Manifestada a intenção de recorrer, na forma indicada acima, as Recorrentes, independentemente de mensagem lançada no Sistema pelo Pregoeiro, poderão apresentar memoriais no prazo de 3 (três) dias contados do encerramento da sessão pública.

6.2.1. As demais licitantes que desejarem apresentar contrarrazões, deverão fazê-lo no prazo de 3 (três) dias contados do término do prazo da Recorrente, assegurada vista imediata dos autos.

6.2.2. As razões e contrarrazões de recurso serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br, opção RECURSO. Eventuais documentos mencionados naquelas peças deverão ser protocolados no endereço citado no preâmbulo deste edital, observados os prazos estabelecidos no subitem anterior.

6.3. Interposto o recurso o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

6.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. A ausência de manifestação imediata e motivada das licitantes importará, além da decadência do direito de interpor recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para homologação.

7.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8. DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. As condições para a constituição de garantia para o cumprimento integral da obrigação estão definidas no instrumento contratual, cuja minuta compõe o Anexo IV.

9. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1. Para fins do disposto no artigo 62, da Lei Federal nº 8666/93 o instrumento contratual será lavrado nos termos da minuta que compõe o Anexo IV.

9.1.1. A Adjudicatária deverá assinar e devolver o instrumento de contrato no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de sua convocação, cujo prazo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período a critério da Unicamp.

9.1.1.1. A Adjudicatária deverá, ainda no prazo acima mencionado, apresentar na Divisão de Contratos da Diretoria Geral da Administração – DGA, a Composição de Preços Unitários em conformidade com todos os itens de serviços da planilha orçamentária apresentada, onde constem os insumos, mão-de-obra, coeficientes, taxas de leis sociais e BDI, bem como a Tabela ABC de participação dos insumos do orçamento.

9.2. Caso a Adjudicatária não assine ou aceite o instrumento no prazo fixado, a Unicamp poderá convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições ofertadas pela primeira classificada ou revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 7º da Lei federal nº 10.520/02.

9.3. Como condição de contratação a adjudicatária deverá apresentar planilhas de custos que suportem a proposta com os preços unitários atualizados de acordo com a respectiva oferta vencedora.

9.3.1. Os preços unitários constantes da planilha de preços atualizada deverão ser resultantes da aplicação linear do percentual de desconto entre a oferta final vencedora e a proposta apresentada.

9.4. Considerando o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal e no artigo 2º da Lei federal nº 9.012/95, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da Administração, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos (CND – INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), devendo estar em plena validade no ato da adjudicação e quando da assinatura ou recebimento do instrumento contratual, caso as

Certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada durante a tramitação do processo licitatório.

10. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O prazo de execução do objeto é de **120 (cento e vinte)** dias contados a partir do dia determinado na reunião de liberação de início dos serviços.

10.2. O recebimento provisório será feito em até **10 (dez)** dias contados da data da solicitação, por escrito, da Contratada para a vistoria final dos serviços, a partir da qual começará a fluir o prazo para o definitivo, que será de até **90 (noventa)** dias.

10.3. O recebimento definitivo fica condicionado à entrega do objeto em conformidade com as especificações e disposições constantes no edital, proposta e instrumento contratual.

10.4. A Unicamp rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o edital, proposta e contrato, com vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução ou de materiais empregados, caso em que a Contratada fica obrigada a promover a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição às suas expensas.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado por meio depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A, sob a titularidade da contratada, nos termos do Decreto Estadual 55.357/10, nas condições estabelecidas no instrumento contratual e mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes (nota fiscal, fatura e duplicata sem quitar ou declaração da não emissão com base em dispositivos legais), sendo vedada a colocação da duplicata em cobrança ou sua negociação junto às instituições financeiras (cláusula não à ordem) ou com outras empresas.

11.2. Na hipótese de irregularidades no objeto a contagem do prazo para pagamento iniciar-se-á a partir da data do seu saneamento.

11.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a atualização de preços.

12. DAS SANÇÕES

12.1. A licitante que convocada no prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar declaração falsa (inclusive no tocante a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte) exigida no certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, lance ou oferta, apresentá-la sem seriedade, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será punida com o impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (cinco) anos, assim como terá cancelado o seu Registro Cadastral, sem prejuízo da aplicação de multa de até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor total da proposta.

12.2. Salvo motivos de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados e comprovados, o não cumprimento por parte da contratada das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) advertência, sempre que constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais a Contratada tenha diretamente concorrido;

b) multa nos termos do subitem 12.2.1;

c) impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

12.2.1. A Contratada, além das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei federal n° 8.666/93 e alterações posteriores, estará sujeita, ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:

a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um ponto percentual) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;

b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois pontos percentuais), sobre o valor contratual, a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia de atraso, limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

b.1) os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato, para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, à critério da Unicamp;

c) multa pelo descumprimento de cláusula constante no edital, ou no instrumento contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte inexecutada;

f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual.

12.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a contratada.

12.4. As licitantes estarão, ainda, sujeitas às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei federal n° 8.666/93 e alterações posteriores.

12.5. A aplicação das penalidades capituladas nos subitens acima é independente e a aplicação de uma não exclui a das demais e não impossibilitará a incidência de outras sanções administrativas contempladas na Lei federal n° 8.666/93 e na Portaria GR n° 248/98, publicada no DOE de 07/10/98 e disponível na Internet no endereço: http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=798.

12.6. A falta de cumprimento das obrigações assumidas ou a incidência do comportamento descrito no art. 78 da Lei federal n° 8.666/93, ensejará a rescisão unilateral do instrumento contratual, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicáveis ainda, as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da mesma legislação.

12.7. As penalidades previstas neste item têm caráter administrativo e sua aplicação não exime a Contratada da reparação de eventuais perdas e danos que acarretar à Unicamp.

12.8. Na aplicação de penalidades, bem como na rescisão unilateral do instrumento contratual, deverá ser observado o direito da ampla defesa e do contraditório.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2. Os casos omissos da presente licitação serão solucionados pelo Pregoeiro.

13.3. Para agilizar os procedimentos relativos ao empenhamento das despesas resultantes das futuras contratações, convém que a licitante informe na proposta, a Agência do Banco do Brasil S/A que mantém conta corrente, bem como o seu número, para que os pagamentos ocorram de conformidade com o disposto neste edital.

13.4. Esta licitação poderá ser anulada ou revogada nos termos do artigo 49 da Lei federal n° 8.666/93.

13.5. As propostas sem a expressa indicação de prazos e/ou condições estabelecidas neste edital serão tidas por ratificadas, nos termos do presente, pelas licitantes.

13.6. Com a apresentação da proposta a proponente assume, independentemente de Declaração que:

- a) tem ciência dos impedimentos à contratação com a Universidade Estadual de Campinas, previstos na Lei estadual n° 12.799/08 – CADIN ESTADUAL;
- b) atende e cumpre a disposição contida no inc. XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
- c) tem pleno conhecimento das disposições contidas no edital, na pasta técnica e anexos, bem como no Manual de Segurança para Contratados – DSSO/DGRH (disponível no site http://www.dgrh.unicamp.br:8081/dgrh/documentos-1/man_seguranca_dsso.pdf) e no Caderno de Encargos da Prefeitura da Unicamp (disponível no site: http://www.prefeitura.unicamp.br/prefe/site-novo/caderno_encargos.pdf);
- d) caso contratada, destinará os entulhos gerados na execução do serviço, devidamente segregados, para aterros licenciados pela Prefeitura Municipal local, nos Termos da Resolução 307 do CONAMA;
- e) caso contratada, utilizará produtos e subprodutos de madeira de acordo com o disposto no Decreto Estadual n° 53.047/2008

13.7. Para dirimir as questões oriundas do presente edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outro seja.

13.8. O resultado do presente certame será divulgado no DOE e nos endereços eletrônicos: www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx.
<http://www.bec.sp.gov.br> - <http://www.pregao.sp.gov.br>.

Campinas, 11 de junho de 2014

ANEXO II

CONDIÇÕES PARA VISITA TÉCNICA OBRIGATÓRIA

1. As interessadas em participar da licitação deverão comparecer ao local onde serão realizados os serviços para conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações, nos termos do inc. III do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/983.

1.1. A não realização da visita técnica implicará na inabilitação da licitante.

2. A visita técnica deverá ser previamente agendada pelos telefones (19) 3521-0279 / (19) 3521-2057 ou pelos e-mails roberto@ifi.unicamp.br / vilmar@ifi.unicamp.br com Roberto Bertoli ou com Vilmar Dantas Nobrega.

3. As interessadas realizarão a visita técnica acompanhadas por um servidor/funcionário designado pela UNICAMP.

4. A visita técnica será realizada em dias de expediente na UNICAMP a partir de 16/06/2014 até às 16h do dia 02/07/2014.

4.1. A visita técnica é franqueada para as licitantes que a realizaram para o PE DGA 395/2014.

5. Após a realização da visita, o servidor/funcionário expedirá o Termo de Visita Técnica, em duas vias, conforme modelo anexo, sendo que uma será entregue ao representante da empresa e a outra juntada aos autos do processo licitatório.

6. A visita e inspeção prévia do local e cercanias tem por finalidade permitir que a licitante obtenha, para a sua utilização e exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução da mesma; formas e condições de suprimentos; meios de acesso ao local. Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade da licitante.

7. Não será admitida posterior modificação nos preços, prazos ou condições da proposta, sob alegação de insuficiência de dados e/ou informações sobre os serviços ou condições do local.

8. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do local onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

MODELO

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n° _____, representada por _____, RG n° _____, compareceu a esta Universidade para visita e inspeção prévia do local e cercanias dos serviços objeto Pregão Eletrônico DGA 601/2014 – Processo **01-P-34290-2013**.

Campinas, ____ de _____ de

Nome: _____.

Assinatura: _____.
(Servidor/Unicamp)

Declaro sob as penas da lei que recebi, na data acima, uma via do Atestado de Visita Técnica.

Nome:

Assinatura:

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Em conformidade com o disposto no artigo 4º, do Decreto nº 49.674, de 6 de junho de 2005, que estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado de São Paulo:

Eu, _____, (RG) _____, legalmente nomeado representante da empresa _____, inscrita no CNPJ _____, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico DGA nº 601/2014, processo nº 01-P-34290/2013**, declaro, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo ciência que não atendimento da presente exigência na fase da execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida lei.

Data

Assinatura devidamente identificada com comprovação da representação legal da empresa.